

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



MEIO AMBIENTE DO TRABALHO E OS DESAFIOS DAS REGRAS CONSTITUCIONAIS FRENTE À POLÍTICA NEOLIBERAL CAPITALISTA

Autor(es)

Volnei Rosalen
Denise Venera

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SÃO JOSÉ

Introdução

Este trabalho tem como objeto o meio ambiente do trabalho e sua fragilidade perante as transformações estruturais estimuladas pelo neoliberalismo. É questionado como o neoliberalismo e a ausência de políticas públicas intersetoriais contribuem para a precarização das relações laborais além de dificultarem a efetivação dos direitos sociais garantidos na Constituição de 1988. O objetivo é compreender os impactos desse modelo econômico sobre as condições de trabalho, com ênfase em setores vulneráveis. Pois é verificado que essas práticas intensificam a insegurança, o adoecimento e a perda de direitos. A “uberização”, conforme Antunes (2020), simboliza essa nova forma de subordinação. A precariedade também sobrecarrega sistemas como a Previdência e o SUS. Assim, a superação dessa realidade exige políticas públicas integradas, participação social e um novo compromisso com a dignidade e a justiça social no mundo do trabalho.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é compreender os efeitos do modelo econômico neoliberal sobre a proteção do meio ambiente do trabalho no Brasil, em especial no que se refere a precarização das relações trabalho e da carência das políticas públicas intersetoriais.

Material e Métodos

Tal estudo é realizado por meio de um enfoque qualitativo e dedutivo, usa um método exploratório e teórico, tendo como base a pesquisa bibliográfica e documental, que subsidiam a argumentação escrita. Os principais referências teóricos são os autores Ricardo Antunes e Louis Althusser, além da utilização Constituição Federal de 1988 em especial os artigos que dissertam sobre os direitos sociais e o ambiente de trabalho.

Por se tratar de um estudo voltado ao Direito, a metodologia tem uma análise sociojurídica, portanto avalia o modelo econômico neoliberal no meio ambiente do trabalho, bem como a eficácia dos direitos fundamentais e os desafios das políticas públicas intersetoriais para o trabalho digno.

Resultados e Discussão

Diante do que é expostos é possível verificar que as condições de trabalho estão diretamente relacionadas ao modelo neoliberal no que diz respeito à flexibilização das relações de trabalho, é notável a redução do Estado

V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



frente à lógica do lucro em si, uma vez que as condições do meio ambiente do trabalho são impactadas negativamente, especialmente em setores com menos proteção institucional.

É possível identificar um abismo entre o que a Constituição prevê e o que o trabalhador vivencia, como as horas exaustivas de trabalho e a terceirização abusiva.

Neste estudo é apresentado que a efetivação dos direitos sociais está condicionada a uma política pública intersetorial de forma permanente, com ampla participação social e fortalecimento da ação estatal.

Sendo assim, é possível concluir que faz-se necessário repensar de forma imediata o caminho do desenvolvimento econômico e reafirmar a centralidade do trabalho digno como condição essencial à justiça social.

Conclusão

O trabalho analisa como o modelo neoliberal fragiliza o meio ambiente do trabalho, promovendo a precarização e afastando os direitos garantidos na Constituição. A desconexão entre norma e realidade exige um repositionamento ético e político. Defende-se a atuação conjunta do Estado, sociedade civil e instituições para garantir trabalho digno ao sujeitos que nele estão inclusos.

Referências

- ALTHUSSER, L. Aparelhos Ideológicos de Estado. Introdução crítica de J. A. Guilhon Albuquerque. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2024.
- ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao compilado.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. No Brasil foram registrados 2.888 acidentes fatais em 2023, segundo dados do eSocial. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Julho/no-brasil-foram-registrados-2-888-acidentes-fatais-em-2003-segundo-dados-esocial>. Acesso em: 16 abr. 2025